

ENSINO DOMICILIAR NO BRASIL: O PAPEL DO LEGISLATIVO NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE

Homeschooling in Brazil: The Role of the Legislature in Promoting Inclusive and Quality Education

Loren Brugnolo Silva ^[1]

Mário Abílio da Silva ^[2]

Resumo: O ensino domiciliar, ou homeschooling, é uma modalidade de educação na qual a responsabilidade pela instrução formal das crianças recai sobre os pais ou responsáveis, ao invés de instituições escolares tradicionais. Essa prática é regulamentada em diversos países, como os Estados Unidos e o Reino Unido, mas no Brasil ainda carece de uma legislação específica que a normatize amplamente. No contexto brasileiro, o tema ganhou destaque em 2020 com o julgamento da Repercussão Geral: Tema 822 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Essa decisão resultou na fixação da tese de que o ensino domiciliar não é incompatível com a Constituição Federal de 1988, mas depende de regulamentação por meio de lei específica. Na ocasião, o STF reconheceu que, embora a educação seja um direito fundamental e um dever compartilhado entre Estado, família e sociedade, a implementação do ensino domiciliar precisa atender a requisitos que assegurem o cumprimento dos direitos da criança, como a qualidade da educação e mecanismos de proteção. A partir da ideia de que o ensino domiciliar deve equilibrar os direitos de liberdade educacional das famílias e os direitos fundamentais das crianças, pretende-se responder à seguinte questão: Quais os impactos do reconhecimento do ensino domiciliar pelo STF nos direitos das crianças, e como o Legislativo pode garantir uma educação inclusiva e de qualidade? A pesquisa parte do pressuposto de que o reconhecimento do homeschooling no Brasil abre espaço para importantes avanços e desafios, demandando uma análise rigorosa das suas consequências sociais, educacionais e legais. Utilizando-se da abordagem metodológica hipotético-dedutiva, por meio de técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, dá-se especial atenção aos fundamentos constitucionais da decisão do STF, às diretrizes propostas em experiências internacionais e às necessidades de proteção e desenvolvimento das crianças em contextos de ensino domiciliar. A pesquisa visa contribuir para uma compreensão mais abrangente e crítica acerca do homeschooling, especialmente da discussão de sua possibilidade no Brasil, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas que assegurem qualidade, equidade e inclusão.

Palavras-chave: Ensino domiciliar; Homeschooling; Direitos educacionais; Repercussão Geral Tema 822; Educação inclusiva.

Abstract: Homeschooling is an educational approach in which the responsibility for formal instruction of children lies with the parents or guardians, rather than traditional educational

¹ Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Pesquisadora NEADI-PUCPR. E-mail: lorenbsilva@gmail.com.

² Graduado em Pedagogia pela UniAndrade. Especialista em MBA Marketing for Business Advanced pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Gestão Estratégica de Custos e Negócios e Administração de Vendas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: marioabilio27@gmail.com.

institutions. This practice is regulated in several countries, such as the United States and the United Kingdom, but in Brazil, it still lacks specific legislation to comprehensively regulate it. In the Brazilian context, the issue gained prominence in 2020 with the judgment of the General Repercussion: Theme 822 by the Federal Supreme Court (STF). This decision resulted in the establishment of the thesis that homeschooling is not incompatible with the Federal Constitution of 1988 but depends on specific legal regulation. At the time, the STF acknowledged that, although education is a fundamental right and a shared duty between the state, family, and society, the implementation of homeschooling must meet requirements that ensure the fulfillment of children's rights, such as educational quality and protection mechanisms. Based on the idea that homeschooling should balance the educational freedom of families with the fundamental rights of children, the research aims to answer the following question: What are the impacts of the STF's recognition of homeschooling on children's rights, and how can the legislature ensure inclusive and quality education? The research assumes that the recognition of homeschooling in Brazil opens the door to significant advancements and challenges, requiring a thorough analysis of its social, educational, and legal consequences. Using a hypothetical-deductive methodological approach, through documentary and bibliographical research techniques, special attention is given to the constitutional foundations of the STF's decision, the guidelines proposed in international experiences, and the needs for protection and development of children in homeschooling contexts. The study aims to contribute to a broader and more critical understanding of homeschooling, particularly regarding its feasibility in Brazil, providing insights for the formulation of public policies that ensure quality, equity, and inclusion.

Keywords: Homeschooling; Educational Rights; General Repercussion Theme 822; Inclusive Education; Homeschooling Legislation.

1. Introdução

O ensino domiciliar se consolidou como tema de relevância educacional, política e social no Brasil, principalmente após o aumento da prática durante a pandemia da COVID-19. Durante este período, as escolas foram fechadas e o ensino à distância tornou-se uma alternativa, levando muitas famílias a experimentar o modelo de ensino doméstico como uma solução mais permanente.

Embora a prática seja difundida em diversos países, ainda carece de regulamentação concreta, especialmente no Brasil, levando defensores e críticos a questionarem o seu impacto nos direitos, na qualidade e no desenvolvimento geral da criança e adolescente.

A importância de compreender o contexto histórico da educação domiciliar no Brasil é relevante, no que diz respeito à análise de sua viabilidade e impacto. Em uma pesquisa realizada pela Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) em 2018, com 1.209 pais identificados como entusiastas ou simpatizantes do ensino domiciliar, embora ainda mantendo seus filhos em escolas convencionais, constatou-se que 68% (equivalente a 821 participantes) manifestaram a intenção de aderir ao modelo no futuro. Desses, 41% (ou 500

pais) indicaram que aguardam uma regulamentação oficial para adotar essa modalidade de educação.³

No entanto, a falta de regulamentação, aliada ao debate sobre a implementação do artigo 205 da Constituição Federal, que garante a educação como uma obrigação nacional e familiar, impõem desafios tanto para o setor público como para os proponentes deste método.

A educação domiciliar baseia-se em valores como autonomia educacional e a adaptação do ensino às necessidades individuais da criança. Pesquisas internacionais, como as realizadas pela Universidade de Cambridge (2021), sugerem que esse modelo pode ser eficaz em contextos adequados. No entanto, a qualidade da educação é debatida, uma vez que a educação formal é necessária para garantir a igualdade de oportunidades e fortalecer a cidadania.⁴

As práticas individualizadas que promovem a participação ativa de crianças e adolescentes nas comunidades de aprendizagem e nas atividades sociais e culturais enfatizam a importância das políticas. Esta abordagem ressalta a necessidade de uma visão abrangente do ensino domiciliar que integre um currículo flexível e práticas educativas inclusivas.

Traduzindo esta discussão para o contexto brasileiro, questiona-se: Quais os impactos do reconhecimento do ensino domiciliar pelo STF nos direitos das crianças, e como o Legislativo pode garantir uma educação inclusiva e de qualidade?

Esse questionamento destaca a necessidade de uma análise que considere tanto a eficácia do “homeschooling” quanto às desigualdades socioeconômicas que impactam o acesso a materiais educacionais e infraestrutura básica.

A partir de uma abordagem metodológica hipotético-dedutiva, a análise explora como o reconhecimento do ensino domiciliar, em um país com grandes disparidades, deve ser acompanhado de regulamentação e suporte adequados para que as estratégias de educação em casa possam ser eficazes e inclusivas, a partir da análise do tema n. 822, julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

2. A educação domiciliar

³ “A ANED realizou uma pesquisa em 2018 com 1209 pais que se dizem simpatizantes ou entusiastas da educação domiciliar, mas ainda mantêm os filhos na escola. 68% (821) afirmaram que deverão optar algum dia pela educação domiciliar; 41% (500) aguardam uma regulamentação para que possam optar pela modalidade.” Ed no Brasil – aned. Aned.org.br. Disponível em: <<https://aned.org.br/ed-no-brasil/>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

⁴ Ver: ALMEROOTH-WILLIAMS, Tom. School's in: how to make the most of home-schooling in lockdown. University of Cambridge. Disponível em: <<https://www.cam.ac.uk/stories/schools-in>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

A educação domiciliar, ou “homeschooling”, tem se consolidado como uma alternativa educacional em diversos países ao redor do mundo. Trata-se de uma modalidade em que os pais ou responsáveis pela criança assumem o papel de educadores e proporcionam o aprendizado de seus filhos em casa. A prática, que já é legal em diversos países, continua a crescer em popularidade, com um número crescente de famílias que buscam essa forma de ensino, seja por insatisfações com o sistema educacional tradicional, questões culturais ou até mesmo religiosas.

Presente nos cinco continentes, algumas das principais nações que adotam o ensino domiciliar como modalidade educacional válida, sendo elas: África: África do Sul; Oceania: Austrália, Nova Zelândia. Ásia: Filipinas, Japão; América do Norte: EUA, Canadá; América do Sul: Colômbia, Chile, Equador, Paraguai; Europa: Portugal, França, Itália, Reino Unido, Suíça, Bélgica, Holanda, Áustria, Finlândia, Noruega, Rússia.⁵

Na Europa, por exemplo, países como a França e a Suíça também permitem o homeschooling, mas com regulamentações diferentes. Na França, a lei nº 2021-1109 de 24 de agosto de 2021 limitou as solicitações de autorização para o ensino domiciliar. Em 2020, cerca de 50.000 crianças estavam sendo educadas em casa, um número que tem aumentado. Esse guia prepara os pais para as exigências desse processo.⁶

Já na Suíça, a prática é permitida, mas as famílias devem seguir um plano de ensino que seja compatível com as normas educacionais do país. Em uma pesquisa realizada no ano de 2019, pelo jornal Tages-Anzeiger, constatou-se que, há mais de 2.000 crianças sendo educadas em casa na Suíça, com uma tendência de crescimento desse número.⁷

No Reino Unido, embora a educação domiciliar seja legal, as autoridades educacionais exigem que os pais informem as autoridades locais caso optem por educar seus filhos em casa. Os dados publicados pela ex-comissária de crianças Anne Longfield, em 2019, mostraram que havia 60.000 crianças aprendendo em casa em 2018, um aumento de 27% em relação a 2017, com aumentos de 20% em cada um dos cinco anos anteriores. Pesquisas separadas sugerem que a educação domiciliar continuou a crescer desde então.

⁵ Ver: Ed no mundo – aned. Aned.org.br. Disponível em: <<https://aned.org.br/ed-no-mundo/>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

⁶ “En France, la loi n° 2021-1109 du 24 août 2021 a limité les demandes d’autorisation pour l’école à la maison. En 2020, environ 50,000 enfants ont été scolarisés à la maison, un chiffre en augmentation. Ce guide vous prépare aux exigences de cette démarche. Guide Complet Du Home Schooling : Tout Ce Que Vous Devez Savoir. Stewdy.” Disponível em: <<https://stewdy.com/systeme-educatif-francais/home-schooling/>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

⁷ “According to a recent Tages-Anzeiger newspaper survey External link, there are now over 2,000 homeschooled children in Switzerland, with the trend rising. In the top five cantons, the numbers have doubled or even tripled over the past five years. LEYBOLD-JOHNSON, Isobel. Why some Swiss parents are choosing to homeschool. SWI swissinfo.ch. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/eng/society/education-_why-some-swiss-parents-are-choosing-to-homeschool/45316138>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Uma pesquisa anual dos conselhos da Inglaterra, realizada pela Associação de Diretores de Serviços Infantis, estimou que 81.000 crianças estavam sendo educadas em casa em outubro do ano passado, um aumento de 7% em relação às 75.600 em 2020.⁸

No restante do mundo, o “homeschooling” tem ganhado força em diversas regiões. No entanto, alguns países têm mostrado maior resistência em relação ao tema. Na Ásia, o homeschooling não é uma prática comum, na Coreia do Sul, por exemplo, todos os cidadãos sul-coreanos são obrigados a frequentar o sistema escolar do 1º ao 9º ano. O Ministério da Educação não reconhece oficialmente o ensino domiciliar como uma opção educacional, o que significa que não há um sistema de apoio significativo para alunos que optam por essa modalidade. Portanto, em princípio, não enviar seu filho para a escola é considerado ilegal. No entanto, até o momento, ninguém foi acusado de ser culpado por essa prática. Apesar disso, o número de famílias que adotam o homeschooling na Coreia está crescendo por diversas razões. Algumas famílias, especialmente religiosas, escolhem educar seus filhos em casa devido a valores religiosos, enquanto outras optam pelo ensino domiciliar para evitar conflitos diversos nas escolas.⁹

Em países da América Latina, a educação domiciliar ainda não é amplamente regulamentada, mas há exemplos de sua prática, como no México, onde é permitida desde que as famílias atendam a certos critérios estabelecidos pelas autoridades educacionais. De acordo com a Home School Legal Defense Association (HSLDA), as famílias mexicanas têm liberdade para educar seus filhos em casa sem muita, se houver, interferência do governo. Sem leis claras de frequência escolar obrigatória, o ensino domiciliar no México continua a prosperar e crescer – tudo de forma legal. No entanto, conforme indicado pela HSLDA, a Constituição Mexicana estabelece que é uma obrigação de todo cidadão mexicano garantir que seus filhos frequentem instituições públicas ou privadas para receberem uma educação adequada. A obrigação dos pais de garantir a educação infantil, primária e secundária está ainda mais detalhada no Artigo 4 da Lei Geral de Educação.¹⁰ Em contrapartida, no Brasil, o

⁸ “The latest figures continue an upward trend revealed in previous research. Figures published by former children’s commissioner Anne Longfield in 2019 showed there were 60,000 children learning at home in 2018, a 27 per cent increase on 2017, with 20 per cent rises in each of the previous five years. Separate research suggests homeschooling continued to rise since then. An annual survey of English councils by the Association of Directors of Childrens Service estimated 81,000 children were being home-educated in October last year - up by 7 per cent from 75,600 in 2020.” TIDMAN, Zoe. Warning children will be “lost outside system” as homeschooling soars. The Independent. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/education/education-news/homeschool-children-education-schools-pandemic-b2243502.html>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

⁹ HOME SCHOOLS | Schooling in Korea. Schooling in Korea. Disponível em: <<https://www.schoolinginkorea.org/home-schools>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

¹⁰ “According to the Home School Legal Defense Association (HSLDA), Mexican families are free to homeschool without much, if any, interference from the government. Without any clear compulsory attendance laws, homeschooling in Mexico continues to thrive and grow—all legally. Also, per the HSLDA, the Mexican constitution states that it is an obligation of every Mexican citizen to have their children to attend either public or private institutions in order to receive proper education. The obligation

debate sobre a legalização e regulamentação do “homeschooling” prevalece, com defensores da prática apontando a liberdade educacional, enquanto opositores destacam as dificuldades de fiscalização e a necessidade de garantir igualdade de acesso à educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes.¹¹

Embora a educação domiciliar tenha sido amplamente adotada por famílias em diversos países, continua a ser um tema controverso. Defensores da prática defendem a personalização do ensino, respeitando os ritmos e interesses individuais das crianças e adolescentes, além de promover um ambiente mais seguro e controlado. No entanto, críticos apontam que o “homeschooling” pode resultar em isolamento social e prejudicar as oportunidades de socialização das crianças e a construção de habilidades sociais. Há preocupações também, relacionadas a qualidade da educação, uma vez que uma das consequências da falta de uma regulamentação é a carência no ensino.

A experiência do “homeschooling” tem sido avaliada por diversas pesquisas, com resultados mistos. Alguns estudos sugerem que crianças educadas em casa podem ter um desempenho acadêmico superior em determinadas áreas, especialmente quando comparadas a alunos que frequentam escolas tradicionais. No entanto, outros estudos alertam para os riscos da falta de socialização e de interação com um ambiente educacional diversificado. A chave para garantir o sucesso do ensino domiciliar parece ser uma combinação de regulamentação adequada, suporte governamental e o compromisso dos pais em fornecer uma educação de alta qualidade.

A educação domiciliar continua a ser uma prática em crescimento, com muitas famílias em todo o mundo buscando alternativas ao modelo educacional tradicional. No Brasil, o direito à educação é garantido pela Constituição Federal de 1988, é um direito social fundamental e um dever compartilhado entre o Estado e a família. Contudo, a educação domiciliar ainda não apresenta regulamentação específica no ordenamento jurídico, o que, por sua vez, gera controvérsias acerca de sua legalidade, conforme abordará o tópico seguinte.

of parents to have preschool, primary, and secondary education is further stated in Article 4 of the General Law of Education. “KROHN, Beth. Homeschooling in Mexico | Bridgeway Academy. Bridgeway Academy. Disponível em: <<https://homeschoolacademy.com/blog/homeschooling-in-mexico/>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

¹¹ Ver: MORAES, Ana ; MENEQUELLI, Aboin. ENSINO DOMICILIAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO JULGAMENTO DO TEMA REPETITIVO 822 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL HOMESCHOOLING IN BRAZIL: AN ANALYSIS FROM THE JUDGMENT OF REPETITIVE THEME 822 OF THE BRAZILIAN SUPREME FEDERAL COURT. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://www.educacaodomiciliar.fe.unicamp.br/sites/www.educacaodomiciliar.fe.unicamp.br/files/2024-10/williamgama%2C%2Bensino%2Bdomiciliar%2Bno%2BBrasil.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

3. O Direito à Educação no Brasil

A Constituição de 1824, garantia aos cidadãos brasileiros a instrução primária e gratuita. Embora tenha sido suprimido do texto constitucional de 1891, o direito à educação figurou em todas as constituições subsequentes, a partir de 1934.

Nas décadas seguintes, a educação ganhou novos contornos com as constituições de 1937, 1946, 1967 e 1969, mas foi somente com a Constituição de 1988 que o direito à educação foi consolidado em sua forma mais abrangente e democrática. A Carta Magna de 1988, reafirmou a educação como direito fundamental e definiu objetivos claros a seu respeito. O direito fundamental à educação ganhou destaque, sendo o primeiro dos direitos sociais elencados pelo artigo 6º. Dedicou-se uma seção específica para tratar da educação, estabelecendo princípios e parâmetros básicos para sua promoção.

De acordo com Ingo Wolfgang Sarlet, a fundamentalidade material deve ser reconhecida para todos os direitos assim designados no Título II, denominado de “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, de modo que o direito à educação encontra-se resguardado.¹²

Nesse sentido, o artigo 205 da Constituição reforça que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, o artigo 227 ressalta a responsabilidade conjunta da família, sociedade e Estado na garantia do direito à educação das crianças, adolescentes e jovens, assegurando-lhes prioridade absoluta. O artigo 229 acrescentou essa visão ao estabelecer o dever dos pais de assistir, criar e educar os filhos menores, evidenciando o papel essencial da família no processo educacional.

A educação no Brasil, entretanto, não se limita à instrução formal oferecida por instituições públicas e privadas. Conforme defendido por pensadores como Jean Piaget, o direito à educação abrange o desenvolvimento integral da personalidade humana, a aquisição de conhecimentos e a formação de valores éticos e sociais, aspectos essenciais para a construção de uma sociedade justa e igualitária.¹³

¹² SARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos dos trabalhadores como direitos fundamentais na Constituição Federal Brasileira de 1988. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; FRAZÃO, Ana de Oliveira (Coords.). Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 7-31. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502212275/>. Acesso em: 24 jul. 2024. p. 10.

¹³ "Para Onde Vai a Educação?", Piaget afirma que a educação deve não apenas transmitir conhecimentos, mas estimular o desenvolvimento das capacidades cognitivas e emocionais do indivíduo, promovendo sua autonomia e senso de responsabilidade, elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Piaget, 1973). Em: PIAGET, Jean. Para Onde Vai a Educação? Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

Ao longo das décadas, o direito à educação passou a ser visto como um dever do Estado e uma obrigação compartilhada com a sociedade e a família. A evolução desse direito reflete o reconhecimento de que a educação é um pilar indispensável para a construção da cidadania e para o desenvolvimento humano, alinhando-se a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que priorizam a garantia de uma educação inclusiva e de qualidade. O Brasil, ao assumir esses compromissos, tem trabalhado para garantir que o direito à educação seja, de fato, universal e acessível a todas as crianças e jovens do país.

No entanto, o cumprimento efetivo desse direito tem gerado relevantes discussões. Um exemplo, é o Tema 822 do Supremo Tribunal Federal (STF), que aborda a responsabilidade compartilhada entre os pais e o Estado no que se refere ao direito à educação e, especialmente da educação domiciliar, também conhecida como “Homeschooling”. O julgamento do tema destacou a necessidade de assegurar que todos os cidadãos, especialmente crianças e adolescentes, tenham acesso à educação, com a responsabilidade sendo dividida entre a família e o Estado. Como será analisado no próximo tópico, a decisão do STF sobre esse tema reforça a importância de políticas públicas eficazes e da fiscalização adequada para garantir o cumprimento desse direito fundamental.

4. Repercussão Geral: Tema 822 do Supremo Tribunal Federal

O debate a respeito do ensino domiciliar, também conhecido como *homeschooling*, tem sido objeto de intensa análise nos âmbitos jurídico e educacional, especialmente no que concerne à sua conformidade com o dever constitucional de prover educação.

Acerca do referido tema, o Supremo Tribunal Federal em 21 de março de 2019, publicou o acórdão decisivo condizente à questão constitucional levantada no caso principal RE nº 888815, associado ao Tema 822, em que atuou como relator o Sr. Min. Luís Roberto Barroso.¹⁴

A tese estabelecida declarou que: “ não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira”.¹⁵ No contexto sócio-

¹⁴ Tema 822 - Possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal. Classe: RE Número: 888815 Data de início:15/05/2015, Data prevista de fim:04/06/2015 Relator:MIN. LUÍS ROBERTO BARROSO. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=5658130>>. Acesso em 06 maio 2024.

¹⁵ (TEMA 822): “Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira”. (RE 888815, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 12/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-055 DIVULG 20-03-2019 PUBLIC 21-03-2019). DIZER, Buscador. Não é possível,

jurídico, restou consagrada a defesa de que configura-se como uma questão constitucional de relevo no Brasil, a perspectiva de considerar o ensino domiciliar, conduzido pela própria família, como uma via legítima para o cumprimento do dever educacional estipulado no artigo 205 da Constituição Federal,¹⁶

Além de se enquadrar como uma questão de natureza constitucional, a discussão implica em uma repercussão geral, especialmente sob os prismas social, jurídico e econômico, pelas seguintes razões: (i) em termos sociais, devido à própria natureza do direito demandado, conforme delineado no art. 6º, juntamente com o art. 205, da Constituição, como um direito universal e fundamental para o exercício da cidadania e a preparação para o mercado de trabalho; (ii) sob o aspecto jurídico, pois está vinculado à interpretação e abrangência das normas constitucionais que garantem a liberdade de ensino e a diversidade de abordagens pedagógicas (art. 206, I e II, da CF/1988), bem como à definição dos limites da relação entre Estado e família na promoção do direito fundamental à educação; e (iii) em termos econômicos, considerando que, de acordo com as pesquisas mencionadas anteriormente, a permissão do ensino domiciliar poderia resultar em uma redução nos custos públicos com a educação.¹⁷

A controvérsia, portanto, reside na definição dos papéis do Estado e da família no processo educacional de crianças e adolescentes, assim como dos limites da autonomia privada diante das intervenções estatais.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito fundamental, cuja realização é uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família. Inclusive, o artigo 208 da CF/1988, descreve exclusivamente os meios pelos quais o Estado deve cumprir sua obrigação com a educação. O artigo 208, ao estabelecer a obrigatoriedade do Estado em prover o ensino público, gratuito e de qualidade, não necessariamente exclui outras formas de educação que possam coexistir em harmonia.

O ensino domiciliar se apresenta como uma alternativa para famílias que buscam uma abordagem personalizada ou têm objeções a determinados aspectos do sistema

atualmente, o homeschooling no Brasil - Buscador Dizer o Direito. Buscadordizerodireito.com.br. Disponível em:

<<https://buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/cca289d2a4acd14c1cd9a84ffb41dd29>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

¹⁶ Tema 822 - Possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal., da votação dos ministros do Supremo Tribunal Federal: Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=5658130>>. Acesso em 06 maio 2024.

¹⁷ Pronunciamento - Min. Marco Aurélio. Educação - Escola - Domicílio - Liberdade afastada na origem - Recurso Extraordinário - Repercussão Geral Configurada. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=5688498>>. Acesso em 06 maio 2024.

educacional convencional, mas também suscita preocupações quanto à socialização, formação cívica e inclusão das crianças e adolescentes.

Entendeu-se pela impossibilidade de interpretar que os pais possam, a seu critério, monopolizar a educação de seus filhos, inclusive a educação intelectual. A Constituição estabelece que a promoção do direito à educação é dever do Estado, da família e da sociedade, evidenciando que esse direito não se limita apenas ao ambiente escolar, mas também à convivência familiar e social.

Embora não haja disposições específicas nos dispositivos constitucionais relacionados ao ensino domiciliar, a legislação nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), também não prevê essa modalidade de ensino. Portanto, sem uma norma constitucional ou legal que estabeleça o ensino domiciliar e seus padrões mínimos de qualidade.

Da análise do caso, o Ministro Luís Roberto Barroso esclareceu sua posição sobre o ensino domiciliar durante o julgamento e afirmou que não considera o ensino domiciliar como necessariamente melhor ou desejável, mas uma opção legítima dentro de um regime de liberdade. Destacou também que a prática é admitida pela maioria dos países desenvolvidos, o que sugere que não seja tão negativa.

Conforme reportagem linkada no julgado, de acordo com a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), a aprovação do uso do desempenho no ENEM como meio de certificação para a conclusão do ensino médio, implementada pelo MEC em 2012, impulsionou um crescimento significativo no número de famílias que aderem à educação domiciliar no Brasil. Esse movimento resultou na duplicação de adeptos, alcançando cerca de 2.000 famílias.¹⁸

Essa prática reflete uma preferência pela emancipação individual e pela autonomia em contraste com uma abordagem paternalista e intervencionista. No julgamento, reconheceu-se que a maioria dos ministros entendeu que a regulamentação do ensino domiciliar depende de legislação específica. Barroso defendeu que onde se enxerga um direito, a omissão legislativa não deveria impedir seu exercício, permitindo que o Tribunal regulamente o assunto até que o legislador intervenha. Especificamente em casos em que o “homeschooling” é motivado por fundamentos religiosos

Instituído sob a sistemática da repercussão geral (Temas 822 - *Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação*

¹⁸ Continue lendo com acesso ilimitado. Uol.com.br. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2015/02/1594329-ex-alunos-contam-experiencia-de-ensino-domiciliar-que-cresce-no-pais.shtml>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

brasileira); ¹⁹ Assim, verificou-se que Recurso extraordinário desprovido, com a fixação da seguinte tese (TEMA 822): “Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira”.²⁰

Portanto, a posição mostrou-se respeitosa às opiniões contrárias, sob o fundamento de que a visão de que o ensino domiciliar poderia ser regulamentado pelo Tribunal até que o legislador se pronuncie, especialmente quando fundamentado em liberdade religiosa.

5. O Papel do Legislativo na Garantia de uma Educação de Qualidade

O papel do Legislativo na garantia de uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento social e humano do Brasil. O Legislativo, em sua composição pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, exerce a função de elaborar, revisar e fiscalizar as leis que regulam o sistema educacional, impactando diretamente a qualidade da educação oferecida em todo o território nacional. O processo legislativo é, assim, um elemento essencial para garantir que as políticas públicas educacionais sejam eficazes, inclusivas e alinhadas às necessidades da sociedade.

A Constituição de 1988, marco legal que estruturou a organização política e social do Brasil, conferiu ao Legislativo um papel decisivo na definição das políticas educacionais. O artigo 205 da Carta Magna estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, com a finalidade de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Isso implica que o Legislativo não apenas deve criar normas que garantam o acesso à educação, mas também deve assegurar que essa educação seja de qualidade, acessível e capaz de atender às diversificadas necessidades da população.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Legislativo brasileiro tem se dedicado a elaborar e revisar leis que buscam cumprir com o mandato constitucional de assegurar o direito à educação. O Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, que estabelece metas e estratégias para a educação no Brasil, é um dos principais instrumentos

¹⁹ “Defende que “a tese de repercussão geral (Tema 822) estabelecida no acórdão do recurso extraordinário [RE] n. 888.815, pelo egrégio Tribunal Pleno, julgado em 12 de setembro de 2018, estabeleceu apenas que “não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira”. A tese fixada parece assentar que apenas inexistente direito público subjetivo ao ensino domiciliar, enquanto ausente norma específica, mas não que sua criação seja impossível, por inconstitucional (Doc. 7, fl. 12).” DE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.459.567 SANTA CATARINA RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES RECTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15362053356&ext=.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

²⁰ *Ibid.*

legislativos para garantir a educação de qualidade. A cada década, o PNE é revisto e atualizado pelo Congresso Nacional, refletindo as novas demandas educacionais e os avanços nas áreas de ensino e aprendizagem. Esse processo é um exemplo claro de como o Legislativo deve estar em constante diálogo com a sociedade e com os profissionais da educação para criar políticas públicas que respondam às necessidades reais da população.²¹

O Legislativo tem um papel crucial na criação de leis que estabelecem parâmetros de financiamento da educação no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por exemplo, regula os sistemas de ensino em todas as esferas, desde a educação infantil até o ensino superior, e é constantemente revisada para garantir que as diretrizes educacionais acompanhem a evolução da sociedade e as novas exigências do mundo do trabalho. O financiamento adequado da educação pública é uma das questões mais desafiadoras para o Brasil, e o Legislativo, ao aprovar orçamentos e acompanhar o cumprimento das leis, tem a responsabilidade de garantir que os recursos necessários para o pleno funcionamento do sistema educacional sejam devidamente alocados.

O papel fiscalizador do Legislativo é essencial para assegurar que as políticas educacionais sejam implementadas de maneira eficaz. Através de comissões permanentes, como a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado, os parlamentares têm a função de monitorar a execução das leis educacionais, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à educação e debater a eficácia das políticas públicas no campo educacional. Essa função de fiscalização é fundamental para garantir que as leis não se tornem apenas normas abstratas, mas se traduzam em ações concretas que melhorem, de fato, a qualidade da educação no país.

Além de sua função normativa e fiscalizadora, o Legislativo tem um papel importante na promoção de um ambiente democrático de discussão sobre as questões educacionais. A criação de comissões temporárias e a realização de audiências públicas são formas de garantir que as políticas educacionais sejam construídas de forma colaborativa, com a participação da sociedade civil, de especialistas em educação, de professores, estudantes e outros atores sociais. Vale destacar que o trabalho, em si, serve como instrumento para o

²¹ O Plano Nacional de Educação (PNE) é um mecanismo fundamental para a formulação de políticas educacionais no Brasil, definindo metas e estratégias a serem alcançadas em períodos de dez anos. A versão atual, com vigência até 2024, estabelece 20 metas que abrangem diversas etapas do ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Seus principais objetivos incluem garantir o acesso universal à educação básica, ampliar a oferta de ensino em tempo integral e reduzir desigualdades, promovendo condições de equidade no sistema educacional brasileiro. Essas metas também visam melhorar a qualidade do ensino e atender às necessidades de grupos vulneráveis e excluídos, assegurando uma educação inclusiva e eficiente.. MEC apresenta inovações do novo PNE ao Congresso Nacional. Ministério da Educação. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/mec-apresenta-inovacoes-do-novo-pne-ao-congresso-nacional>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

acesso aos demais direitos sociais constitucionalmente previstos. O direito à educação está intrinsecamente ligado à garantia de uma vida digna, funcionando como um pilar essencial para a formação integral do indivíduo e para o exercício pleno de outros direitos fundamentais.²² Não se trata apenas de políticas públicas ou ações estatais para a concretização desses direitos, mas do papel transformador da educação na ampliação de oportunidades e na promoção do acesso a bens e serviços como saúde, habitação, transporte, lazer e trabalho. Dessa forma, a educação de qualidade é elemento indispensável para o reconhecimento da dignidade humana.²³

Ao longo dos anos, o Legislativo brasileiro tem reconhecido a necessidade de enfrentar as desigualdades educacionais, buscando garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso à educação de qualidade. O financiamento da educação básica, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, a inclusão de alunos com deficiências e o combate ao analfabetismo são questões centrais que o Legislativo tem procurado abordar através da legislação. No entanto, os desafios permanecem, e o papel do Legislativo é fundamental para a criação de um sistema educacional mais justo e igualitário, que proporcione a todos as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

O papel do Legislativo na garantia de uma educação de qualidade no Brasil é multifacetado e exige uma atuação constante e atenta às necessidades da sociedade. A criação de leis que assegurem o acesso à educação e a melhoria de sua qualidade, o acompanhamento da implementação dessas leis, o financiamento adequado e a promoção do diálogo democrático são funções essenciais do Legislativo. Ao cumprir essas responsabilidades, o Legislativo contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano e social.

A aprovação da educação domiciliar respeitaria a autonomia das famílias na escolha do seu modelo educacional e permite-lhes escolher métodos mais alinhados com suas

²² “1. A educação é um direito fundamental relacionado à dignidade da pessoa humana e à própria cidadania, pois exerce dupla função: de um lado, qualifica a comunidade como um todo, tornando-a esclarecida, politizada, desenvolvida (CIDADANIA); de outro, dignifica o indivíduo, verdadeiro titular desse direito subjetivo fundamental” (DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA).DE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.459.567 SANTA CATARINA RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES RECTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15362053356&ext=.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

²³ Ver: BITENCOURT NETO, Eurico. Estado social e administração pública de garantia. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 289–302, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/17706>. Acesso em: 24 jul. 2024. p. 294.

próprias crenças e valores. No entanto, a falta de uma regulamentação clara compromete a supervisão que garante os direitos das crianças à educação e à socialização, que são essenciais para o seu desenvolvimento global.

Os sistemas de educação domiciliar sem parâmetros uniformes podem fomentar as desigualdades no acesso ao conhecimento e impedir a igualdade de oportunidades, especialmente para crianças e adolescentes de posições socioeconômicas mais precárias. A decisão do Tribunal Federal defende a proteção integral das crianças ao abrigo do Artigo 227 da Constituição e proporciona uma educação que promove plenamente o desenvolvimento social, cultural e intelectual e integra os princípios da inclusão e da qualidade.

Carlos Bernal Pulido, em sua obra *"El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales"* (2018), examina minuciosamente a origem e aplicação do princípio da proporcionalidade no direito público europeu, destacando sua relevância na proteção dos direitos fundamentais. De acordo com Bernal Pulido, o princípio da proporcionalidade funciona como uma ferramenta metodológica para determinar quais obrigações jurídicas as normas constitucionais impõem ao legislador em relação aos direitos fundamentais. Qualquer medida que restrinja um direito fundamental deve ser não apenas adequada e necessária, mas proporcional em um sentido estrito. Em outras palavras, a restrição deve ser a menos prejudicial possível, buscando um equilíbrio entre os benefícios da medida e os danos causados ao direito afetado.²⁴

Em um Estado Social de Direito, a Administração Pública assume um papel fundamental na inclusão de cidadãos por meio da concretização de direitos fundamentais sociais". Nesse contexto, considerando o regime jurídico aplicável ao direito fundamental à educação, é que se faz relevante refletir a posição jurídica relativa à viabilidade de regulamentar e assegurar o ensino domiciliar como alternativa legítima no ordenamento jurídico.

Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais sociais**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

AVENA, Norberto. **Execução Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987411/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

²⁴ "El principio de proporcionalidad cumple la función de estructura el procedimiento interpretativo para la determinación del contenido de los derechos fundamentales que resulta vinculante para el Legislador y para la fundamentación de dicho contenido en las decisiones de control de constitucionalidad de las leyes. De este modo, este principio opera como un criterio metodológico, mediante el cual se pretende establecer qué deberes jurídicos imponen al Legislador las disposiciones de los derechos fundamentales tipificadas en la Constitución". BERNAL PULIDO, Carlos. *El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales*. 3. ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007. p. 81

BERNAL PULIDO, Carlos. **El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales**. 3. ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007. p. 81-90.

BITENCOURT NETO, Eurico. Estado social e administração pública de garantia. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 289–302, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/17706>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRANDÃO, Rodrigo. São os direitos sociais cláusulas pétreas? Em que medida? In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel (Coords.). **Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 451-483.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Plenário. RE 1.282.553/RR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 4/10/2023 (Repercussão Geral – Tema 1190). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/1190>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 6, n. 3, p. 773-794, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/59730/40602>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FERREIRA, Rafael Fonseca; LIMBERGER, Têmis Um diálogo sobre a autonomia da constituição e os direitos humanos: aproximações hermenêuticas a noção de bloco de constitucionalidade. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 5, n. 1, p. 317-330, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/51457/35016>. Acesso em: 19 jul. 2024.

GOMES, Magno Federici; FREITAS, Frederico Oliveira. Conexão entre a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, v. 10, n. 41, p. 181–208, 2010. Disponível em: <https://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/281>. Acesso em: 23 jul. 2024

MORAIS, José Luis Bolzan de; BRUM, Guilherme Valle. Estado Social, legitimidade democrática e o controle de políticas públicas pelo Supremo Tribunal Federal. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 16, n. 63, p. 107-136, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/45>. Acesso em: 21 jul. 2024.

NETTO, Luísa Cristina Pinto e. **Os direitos sociais como limites materiais à revisão constitucional**. Salvador: Editora Juspodivm, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos dos trabalhadores como direitos fundamentais na Constituição Federal Brasileira de 1988. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; FRAZÃO, Ana de Oliveira (Coords.). **Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 7-31. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502212275/>. Acesso em: 24 jul. 2024. p. 10.